

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MATHEUS QUADROS VIEIRA

**O USO DE PRÁTICAS GERENCIAIS: UM ESTUDO EM PROPRIEDADES RURAIS
NO MUNICÍPIO DE TRÊS FORQUILHAS - RS**

CRICIÚMA

2017

MATHEUS QUADROS VIEIRA

**O USO DE PRÁTICAS GERENCIAIS: UM ESTUDO EM PROPRIEDADES RURAIS
NO MUNICÍPIO DE TRÊS FORQUILHAS - RS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientadora: Prof.^a Esp. Patriele de Faveri Fontana

CRICIÚMA

2017

MATHEUS QUADROS VIEIRA

**O USO DE PRÁTICAS GERENCIAIS: UM ESTUDO EM PROPRIEDADES RURAIS
NO MUNICÍPIO DE TRÊS FORQUILHAS - RS**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Contabilidade Gerencial.

Criciúma, 08 de dezembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Patriele de Faveri Fontana – Especialista – (UNESC) – Orientadora

Prof. Leonel Luiz Pereira - Mestre - (UNESC) - Examinador

Prof. Vitor Valentin Piuco Ghellere – Especialista - (UNESC) - Examinador

Dedico este trabalho aos meus pais e aos meus irmãos, por toda força e incentivo durante essa etapa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus por me manter persistente e sem fraquejar; por me conceder saúde, força, sabedoria e determinação.

Aos meus pais, por sempre me apoiar, estar ao meu lado nos momentos em que mais precisei e sempre me incentivar a buscar meus objetivos, pela formação e educação que me proporcionaram.

Aos professores e a instituição, por proporcionarem um ambiente de aprendizado qualificado e pelos conhecimentos e experiências adquiridos ao longo desse período.

A minha orientadora, Professora Patriele de Faveri Fontana, pela paciência, atenção, dedicação, compreensão e principalmente pela disponibilidade e o compartilhamento de seus conhecimentos para elaboração deste trabalho.

Aos colegas e amigos pela troca de experiências, parceria, companheirismo e respeito, e pelo convívio diário durante esses quatro anos e meio.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que contribuíram de forma direta ou indiretamente para a realização deste trabalho, pois a colaboração de todos foi fundamental nesta etapa.

“Suba o primeiro degrau com fé. Não é necessário que você veja toda a escada. Apenas dê o primeiro passo”.

Martin Luther King

RESUMO

Com o constante crescimento do agronegócio na economia brasileira, percebe-se a necessidade de desenvolver e utilizar práticas gerenciais nas propriedades rurais, pois por meio destas os empreendimentos rurais podem melhorar cada vez mais seus processos, garantir a sua estabilidade e promover seu crescimento em um mercado cada vez mais competitivo. Para tanto, o presente estudo possui como objetivo identificar quais são as principais práticas gerenciais utilizadas nas pequenas propriedades rurais para facilitar a gestão dos negócios. Quanto a sua metodologia é caracterizada como uma pesquisa quantitativa com abordagem descritiva por meio de um levantamento, utilizando como técnica de coleta de dados um questionário aplicado com (40) agricultores do município de Três Forquilhas – RS, município este que possui como principal atividade econômica a agricultura. Para a aplicação desta pesquisa foram realizadas visitas presenciais nas propriedades rurais dos agricultores entrevistados que responderam ao questionário composto por (15) questões. A amostra contou com as respostas dos entrevistados em sua totalidade e como principais resultados pode-se apontar que todos consideram a Contabilidade Gerencial como importante ou muito importante, no entanto, apenas 20% deles mencionam utilizar alguma ferramenta gerencial em suas propriedades. Nesta perspectiva foi proposto aos agricultores que ainda não utilizam práticas gerenciais que as adotem principalmente para o controle de seus custos de produção e de suas receitas, permitindo-lhes assim conhecer o resultado de sua atividade.

Palavras-chave: Agronegócio. Contabilidade Rural. Contabilidade Gerencial.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Setores do agronegócio	23
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Finalidades da Contabilidade Rural.....	20
Quadro 2 – Conceituação dos índices de liquidez	28
Quadro 3 - Fórmula Índice de Liquidez Corrente	28
Quadro 4 - Fórmula Índice de Liquidez Seca	29
Quadro 5 - Fórmula Índice de Liquidez Imediata.....	29
Quadro 6 - Fórmula Índice de Liquidez Geral.....	30
Quadro 7 – Conceituação dos índices de endividamento	30
Quadro 8 - Fórmula do Endividamento Geral.....	31
Quadro 9 - Fórmula da Composição do Endividamento.....	31
Quadro 10 – Conceituação dos índices de rentabilidade	32
Quadro 11 - Fórmula da Margem Líquida	32
Quadro 12 - Fórmula do Retorno do Ativo	32
Quadro 13 - Fórmula do Retorno do PL	33
Quadro 14 - Demonstração do Resultado	36
Quadro 15 - Definição das atividades componentes da DFC.....	37
Quadro 16 - Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Direto	38
Quadro 17 - Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto.....	39
Quadro 18 - Exemplos de movimentações e seus efeitos na DMPL.....	40
Quadro 19 - Elementos que devem ser indicados nas Notas Explicativas (NE)	41
Quadro 20 – Perfil dos entrevistados	45
Quadro 21 – Práticas da Contabilidade Gerencial que possui conhecimento	50
Quadro 22 – Utilização da análise das demonstrações contábeis	52

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População residente no município por área rural e urbana	44
Gráfico 2 – Tamanho da propriedade rural em hectares	46
Gráfico 3 – Forma de aquisição da propriedade	47
Gráfico 4 – Propriedade rural possui contador	48
Gráfico 5 – Importância da Contabilidade para a propriedade rural	48
Gráfico 6 – Importância da Contabilidade Gerencial para gestão do agronegócio....	49
Gráfico 7 – Utilização das práticas da Contabilidade Gerencial	50
Gráfico 8 – Motivo para não utilizar a Contabilidade Gerencial.....	51
Gráfico 9 – Como realiza o controle de custos da propriedade.....	51
Gráfico 10 – Utilização de indicadores econômico-financeiros	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAG	Associação Brasileira do Agronegócio
BP	Balanco Patrimonial
CNA	Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
DFC	Demonstração do Fluxo de Caixa
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DR	Demonstração do Resultado
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
LC	Liquidez Corrente
LG	Liquidez Geral
LI	Liquidez Imediata
LS	Liquidez Seca
NBC TG	Norma Brasileira de Contabilidade Teoria Geral
NE	Nota Explicativa
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Patrimônio Líquido
RFB	Receita Federal do Brasil
RS	Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 TEMA, PROBLEMA E QUESTÃO PROBLEMA	13
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	14
1.3 JUSTIFICATIVA	14
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1 DEFINIÇÃO DA ATIVIDADE RURAL	16
2.1.1 Empresa Rural	17
2.1.2 Formas de exploração da atividade rural	18
2.1.2.1 Pessoa Física	18
2.1.2.2 Pessoa Jurídica	19
2.2 CONTABILIDADE RURAL	19
2.3 OBRIGATORIEDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RURAL	21
2.4 PRÁTICAS CONTÁBEIS E GERENCIAIS APLICADAS NA GESTÃO DO AGRONEGÓCIO	22
2.4.1 Gestão de custos no agronegócio	24
2.4.1.1 Ano Agrícola <i>versus</i> Exercício Social	26
2.4.1.2 Culturas temporárias	26
2.4.1.3 Culturas permanentes	27
2.4.2 Análises dos Indicadores Econômico-Financeiros	27
2.4.2.1 Índices de Liquidez	27
2.4.2.2 Índices de Endividamento	30
2.4.2.3 Índices de Rentabilidade	31
2.4.3 Análise das Demonstrações Contábeis	33
2.4.3.1 Balanço Patrimonial	34
2.4.3.2 Demonstração do Resultado	35
2.4.3.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa	36
2.4.3.4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	39
2.4.3.5 Notas Explicativas	40
2.5 SISTEMAS DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E GERENCIAIS	41
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	43
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	43

3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	43
4 ANÁLISE DE DADOS E RESULTADO DA PESQUISA.....	45
4.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS.....	45
4.2 PERFIL DA PROPRIEDADE RURAL.....	46
4.3 USO DE PRÁTICAS GERENCIAIS NAS PROPRIEDADES RURAIS	47
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS.....	55
APÊNDICE.....	59
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....	60

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo aborda-se inicialmente o tema, problema e questão de estudo acerca do uso das práticas gerenciais em pequenas propriedades rurais, posteriormente apresenta-se os objetivos geral e específicos e na sequência a justificativa da pesquisa quanto ao tema abordado e a estrutura do estudo.

1.1 TEMA, PROBLEMA E QUESTÃO PROBLEMA

A Contabilidade possui diversas áreas de atuação, entre elas, destaca-se a Gerencial, imprescindível na tomada de decisão dos gestores em empresas de qualquer setor econômico, por meio de suas práticas, relatórios e projeções de resultados.

O setor do agronegócio brasileiro, composto pelas diversas atividades rurais desenvolvidas no país, de acordo com a Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), representou um crescimento em 2016 de 4,48% no Produto Interno Bruto (PIB) (CNA, 2017).

Neste contexto, o agronegócio possui extrema importância para a economia do país, visto que as taxas de crescimento deste setor econômico vêm sendo constante ao longo dos anos, desta forma, cada vez mais evidencia-se a relevância das práticas gerenciais no intuito de promover estes índices de crescimento, permitindo ainda que os agricultores vislumbrem seus resultados e possam fazer projeções mais eficazes para as safras futuras.

Neste sentido, o estudo propõe demonstrar a influência da utilização de práticas gerenciais com o objetivo de nortear a tomada de decisão dos agricultores, para tanto, utilizar-se-á como objeto de estudo os agricultores do município de Três Forquilhas - RS, o qual possui sua economia baseada na atividade rural.

Diante da problematização, o estudo se propõe a responder a seguinte questão de pesquisa: Quais são as práticas gerenciais utilizadas nas pequenas propriedades rurais com o objetivo de otimizar o processo de gestão dos negócios no município de Três Forquilhas - RS?

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo geral deste estudo consiste em identificar as principais práticas gerenciais utilizadas nas pequenas propriedades rurais para facilitar a gestão dos agricultores.

Para alcançar o objetivo geral, serão necessários os seguintes objetivos específicos:

- Identificar e caracterizar os agricultores do município de Três Forquilhas - RS;
- Levantar, por meio de questionário, se os agricultores utilizam práticas gerenciais em suas propriedades;
- Evidenciar as principais práticas gerenciais utilizadas pelos agricultores.

1.3 JUSTIFICATIVA

Em decorrência do constante crescimento do agronegócio na economia brasileira, percebe-se a necessidade de desenvolver e utilizar as práticas gerenciais para geração de informações imprescindíveis para a tomada de decisão. Desta forma, torna-se evidente a oportunidade da realização de estudos neste meio, por tratar-se de um segmento pouco explorado, no que diz respeito à utilização das práticas gerenciais fundamentais para a manutenção do crescimento do agronegócio.

Com o objetivo de comparar as práticas adotadas pelos agricultores para gerenciar seus negócios com a teoria, aplicou-se um questionário com atuantes do setor no município de Três Forquilhas - RS, pois acredita-se que pelo fato de ser um município que tem tal atividade como principal atividade econômica os resultados obtidos serão mais condizentes com a realidade e, além disso, acredita-se também que não serão encontrados problemas com relação a obtenção de resposta por parte dos entrevistados.

Deste modo, a relevância do estudo dá-se, sob o aspecto social, pela carência de informações para gestão das propriedades rurais e pelo fato de que na sociedade para o qual o mesmo será direcionado existem poucas pesquisas e

estudos, relacionados a este assunto, sendo assim, acredita-se que o mesmo contribuirá com os empresários rurais da região.

A opção por este tema, torna-se relevante também para a instituição de ensino, pois oferecerá subsídios teóricos e práticos aos bacharéis e acadêmicos do curso de Ciências Contábeis e a todos os interessados na área de Contabilidade Gerencial, com enfoque nas propriedades rurais, apresentando as contribuições de algumas práticas gerenciais e informações a respeito da gestão dos negócios.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Após a seção introdutória, este estudo está organizado de acordo com as seguintes etapas: fundamentação teórica; procedimentos metodológicos; análises e discussão dos resultados e considerações finais.

A fundamentação teórica reúne a revisão da literatura com estudos teóricos e empíricos acerca da utilização de ferramentas gerenciais pelos agricultores para o gerenciamento de suas propriedades. A ênfase se dará no quanto a aplicação de ferramentas de gestão podem contribuir para o controle das atividades e mensuração de resultados fornecendo assim informações que poderão direcionar o crescimento de propriedades rurais.

Em seguida, serão apresentados os procedimentos metodológicos com o método, abordagem, objetivos, estratégia e técnicas de pesquisa. Posteriormente, serão discutidos os resultados e finalmente, serão apresentadas as conclusões, limitações do trabalho e sugestões para pesquisas futuras.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo aborda-se a fundamentação teórica da pesquisa. Inicialmente apresenta-se um breve histórico acerca da atividade e empresa rural. Na sequência, adentra-se na Contabilidade Rural expondo suas principais características e a obrigatoriedade da escrituração contábil das empresas deste setor. Por fim, serão apresentadas as principais práticas contábeis e gerenciais e sua importância para a gestão das propriedades rurais.

2.1 DEFINIÇÃO DA ATIVIDADE RURAL

De acordo com Oliveira (2010) no início das civilizações os homens dependiam da coleta de alimentos na natureza e com o passar dos tempos, descobriram que as sementes lançadas no solo podiam nascer e dar frutos, surgindo assim os primeiros indícios de atividade rural.

Conforme disposto no art. 58 do Decreto 3000/99 considera-se atividade rural a agricultura, a pecuária, a extração e exploração vegetal e animal, a exploração da apicultura, avicultura, cunicultura, suinocultura, sericicultura, piscicultura e outras culturas animais, a transformação feita pelo próprio produtor rural dos produtos decorrentes da atividade rural, sem alterar a composição e as características do produto *in natura* e o cultivo de florestas que se destinem ao corte para comercialização, consumo ou industrialização (BRASIL, 1999).

De acordo com Nepomuceno (2004, p. 15) “a atividade rural no Brasil desenvolve-se em níveis e especificações diversificados, de tal modo que se vê o grande, o médio e o pequeno produtor com espaços próprios”. Para o autor a atividade rural, assim como a industrial, comercial e de serviços, é atividade econômica e desta forma, requer controle financeiro e acompanhamento específico, ou seja, não basta simplesmente saber que em determinado ano os resultados foram bem sucedidos, é necessário conhecer o nível de lucratividade ou déficit de cada produção explorada.

Para desempenhar a atividade rural surge a figura do produtor rural que segundo o Manual de Orientação das Contribuições Previdenciárias na Área Rural (2012, p. 172) é definido como:

[...] a pessoa física ou jurídica, proprietária ou não, que desenvolve, em área urbana ou rural, a atividade agropecuária, pesqueira ou silvicultural, bem como a extração de produtos primários, vegetais ou animais, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos.

O produtor rural pode ser considerado um empresário rural, pois de acordo com o art. 966 da Lei 10.406/2002, empresário é “quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.” (BRASIL, 2002).

Neste sentido, Vilhena e Antunes (2010) complementam que o produtor rural é reconhecido também como empresário rural uma vez que desempenha de forma profissional a atividade de criação de bens e serviços, com finalidade de gerar riqueza.

2.1.1 Empresa Rural

Segundo Ulrich (2009) constitui-se uma empresa quando se tem o empresário, a atividade econômica organizada e o estabelecimento. Desta forma, pode-se dizer que o desempenho da atividade rural é considerado uma empresa rural, na qual a figura do empresário é representada pelo próprio produtor rural, pessoa física ou jurídica, a atividade econômica organizada caracteriza-se pela produção vegetal, animal ou agroindustrial e o estabelecimento é a propriedade rural, local onde se desenvolve essa atividade.

Empresa rural é aquela que explora a capacidade produtiva do solo, por meio do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de determinados produtos agrícolas, assim o autor explica ainda que o campo de atividade das empresas rurais pode ser dividido em três grupos: agrícola que explora a produção vegetal, zootécnica que explora a produção animal e agroindustrial que atua no beneficiamento do produto agrícola, transformação de produtos zootécnicos e agrícolas (MARION, 2002).

Vilhena e Antunes (2010) complementam que as empresas rurais apresentam características muito específicas devido a fatores como a sazonalidade e a especificidade de cada ramo de atividade rural.

2.1.2 Formas de exploração da atividade rural

Na exploração da atividade rural segundo Oliveira (2010, p.20) “[...] as propriedades rurais podem ter suas atividades exploradas, de duas formas jurídicas: como pessoa física ou como pessoa jurídica”, a autora complementa ainda que geralmente os pequenos e médios produtores optam pela forma de exploração como pessoa física e os grandes produtores por estarem obrigados devido à apuração dos tributos a exploram como pessoas jurídicas.

2.1.2.1 Pessoa Física

Conforme o Manual de Orientação das Contribuições Previdenciárias na Área Rural (2012) a exploração da atividade rural como pessoa física é aquela onde o indivíduo, proprietário ou não, desenvolve em área urbana ou rural a atividade agropecuária (agrícola, pastoril ou hortifrutigranjeira), em caráter permanente ou temporário.

O resultado da exploração da atividade rural exercida como pessoa física para fins de apuração do Imposto de Renda poderá ser apurado de duas formas em consonância com o art. 18 da Lei 9.250/95: aos contribuintes que tenham auferido receita anual de até R\$ 56.000,00, poderão apurá-lo por meio de prova documental, dispensando-se assim a escrituração em Livro Caixa e aos que auferirem receita bruta anual superiores a R\$ 56.000,00 deverão realizar a apuração mediante a utilização do Livro Caixa, que engloba receitas, despesas, investimentos e demais valores que integram a atividade (BRASIL, 1995; RFB, 2014, 2017).

Marion (2002) ressalta que no Brasil prevalece a exploração da atividade rural na forma de pessoa física na condição de pequeno e médio produtor rural, por ser menos onerosa e pelo fato de que para fins de Imposto de Renda tem como opção manter sua escrituração apenas na forma de livro caixa.

No entanto, é permitido à pessoa física apurar o resultado pela forma contábil, onde deve efetuar os lançamentos em livros próprios de contabilidade seguindo as normas contábeis, comerciais e fiscais pertinentes a cada um dos livros utilizados (RFB, 2013).

2.1.2.2 Pessoa Jurídica

O Manual de Orientação das Contribuições Previdenciárias na Área Rural (2012) aponta que a exploração como pessoa jurídica surge da união de indivíduos que legalmente constituem uma empresa que se dedica à atividade agropecuária ou pesqueira, em área urbana ou rural. Entretanto, as pessoas que exploram a atividade rural e possuem a condição de grande produtor rural são equiparadas a pessoa jurídica para fins fiscais tornando-se assim obrigadas a escrituração integral fiscal e contábil seguindo as normas contábeis e legislação fiscal (MARION, 2002).

Para efeito da legislação do Imposto de Renda do produtor rural, as pessoas jurídicas que se dedicam à exploração de atividade rural estão sujeitas atualmente no Brasil às mesmas regras e alíquotas aplicáveis para as empresas comerciais, industriais e prestadoras de serviço, devendo assim optar por um dos regimes tributários existentes: Simples Nacional, Lucro Real ou Lucro Presumido (HIGUCHI, 2016).

Higuchi (2016) complementa que até 1990 as empresas deste segmento possuíam o benefício de redução na alíquota de IRPJ de 6% sobre o lucro real e a inexistência da CSLL, porém hoje o único benefício fiscal existente é o de antecipar a depreciação de bens do imobilizado destinados à produção.

2.2 CONTABILIDADE RURAL

Segundo Crepaldi (2012) a contabilidade surgiu da necessidade de se estudar e controlar o patrimônio das empresas, utilizando para tanto o registro, demonstração e interpretação dos fatos nela ocorridos, com a finalidade de fornecer informações relacionadas à composição, variação e resultado econômico resultante da gestão da riqueza patrimonial.

Neste sentido, Vilhena e Antunes (2010) definem a Contabilidade Rural como o ramo da Contabilidade que estuda o patrimônio rural de empresas que possuem como objeto o comércio e indústria de produtos agrícolas e pecuários, registrando e controlando os fatos ocorridos nestas empresas considerando as especificidades do setor.

“A Contabilidade Rural deve ser instrumento útil ao conhecimento dos resultados por atividade do setor rural, tanto quanto é na indústria, porém ao alcance

de seus usuários.” (NEPOMUCENO, 2004, p.16).

Sendo assim, de acordo com Crepaldi (2006) para a correta orientação dos produtores rurais, garantindo-lhes um controle mais eficaz para que assim os mesmos possam medir o desempenho da propriedade, a Contabilidade Rural tem como finalidades as demonstradas no Quadro 1.

Quadro 1 - Finalidades da Contabilidade Rural

Finalidades da Contabilidade Rural
Orientar as operações agrícolas e pecuárias;
Medir o desempenho econômico-financeiro da empresa e de cada atividade produtiva individualmente;
Controlar as transações financeiras;
Apoiar as tomadas de decisões no planejamento da produção, das vendas e dos investimentos;
Auxiliar as projeções de fluxos de caixa e necessidades de crédito;
Permitir a comparação do desempenho da empresa no tempo e desta com as outras empresas;
Conduzir as despesas pessoais do proprietário e de sua família;
Justificar a liquidez e capacidade de pagamento da empresa junto aos agentes financeiros e outros credores;
Servir de base para seguros, arrendamentos e outros contratos;
Gerar informações para a declaração do Imposto de Renda.

Fonte: Adaptado de CREPALDI (2006) pelo autor (2017).

Para Crepaldi (2006) a Contabilidade Rural é uma prática pouco utilizada pelos produtores rurais, sobretudo é vista como uma técnica complexa, tornando-se conhecida basicamente para fins da Declaração do Imposto de Renda, com a visão de que a contabilidade apresenta baixo retorno na prática os produtores não demonstram interesse na sua aplicação no âmbito gerencial.

No entanto, Hofer, Borilli e Philippsen (2006) salientam que a contabilidade rural, é importante para as propriedades rurais, pois gera informações para a tomada de decisões, porém para a correta utilização das informações a administração deve ser eficiente, especializada, conhecer do seu negócio e capital.

2.3 OBRIGATORIEDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RURAL

Segundo Sá (2008) a escrituração contábil é constituída pela identificação, classificação e registros dos fatos contábeis que alteram o patrimônio de uma empresa, e a transformação destes registros seguindo as normas contábeis em demonstrações contábeis.

Quanto à obrigatoriedade de elaboração da escrituração contábil regular de acordo, o art. 1.179 da Lei 10.406/2002:

O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico. (BRASIL, 2002).

Por outro lado, conforme disposto no art. 970 da Lei 10.406/2002, “A lei assegurará tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural e ao pequeno empresário, quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes.” (BRASIL, 2002).

Considera-se pequeno empresário para efeitos da aplicação do disposto nos arts. 970 e 1.179 do Código Civil, em consonância com o art. 68 da Lei Complementar 123/2006 “o empresário individual caracterizado como microempresa na forma desta Lei Complementar que aufera receita bruta anual até o limite previsto no § 1º do art. 18-A.”, que de acordo com a redação dada pela Lei Complementar 155/2016 é de 81.000,00 (BRASIL; 2006, 2016).

Vilhena e Antunes (2010) afirmam que de acordo com a legislação o produtor rural pessoa física não está obrigado à escrituração contábil, como ocorre com os produtores rurais pessoa jurídica, conforme disposto na legislação para atender a legislação, basta que aqueles tenham a escrituração do livro caixa, mas como o livro caixa é uma escrituração simplificada e praticamente não produz informações para tomada de decisão, nada impede que facultativamente, seja adotada a escrituração contábil.

Para Nepomuceno (2004) dificilmente no setor rural exige-se a escrituração fiscal, a exigência basicamente ocorre quando se tratar de pessoa jurídica constituída, nos demais casos basta ter a escrituração do livro caixa que é insuficiente para as necessidades de gerenciamento.

2.4 PRÁTICAS CONTÁBEIS E GERENCIAIS APLICADAS NA GESTÃO DO AGRONEGÓCIO

A contabilidade, em qualquer setor econômico, por meio de suas práticas, possibilita a geração de projeções dos resultados, no agronegócio não é diferente, pode oferecer aos usuários informações que contribuem com o planejamento adequado das futuras safras, reduzindo as chances de perdas e promovendo resultados satisfatórios aos produtores rurais.

Para Vilhena e Antunes (2010) torna-se então evidente a necessidade de uma ampla mudança de postura por parte dos produtores rurais, possibilitando assim a melhoria na gestão, introduzindo novos procedimentos e técnicas contábeis tais como, modelos de gestão de custos e sistema de informações gerenciais.

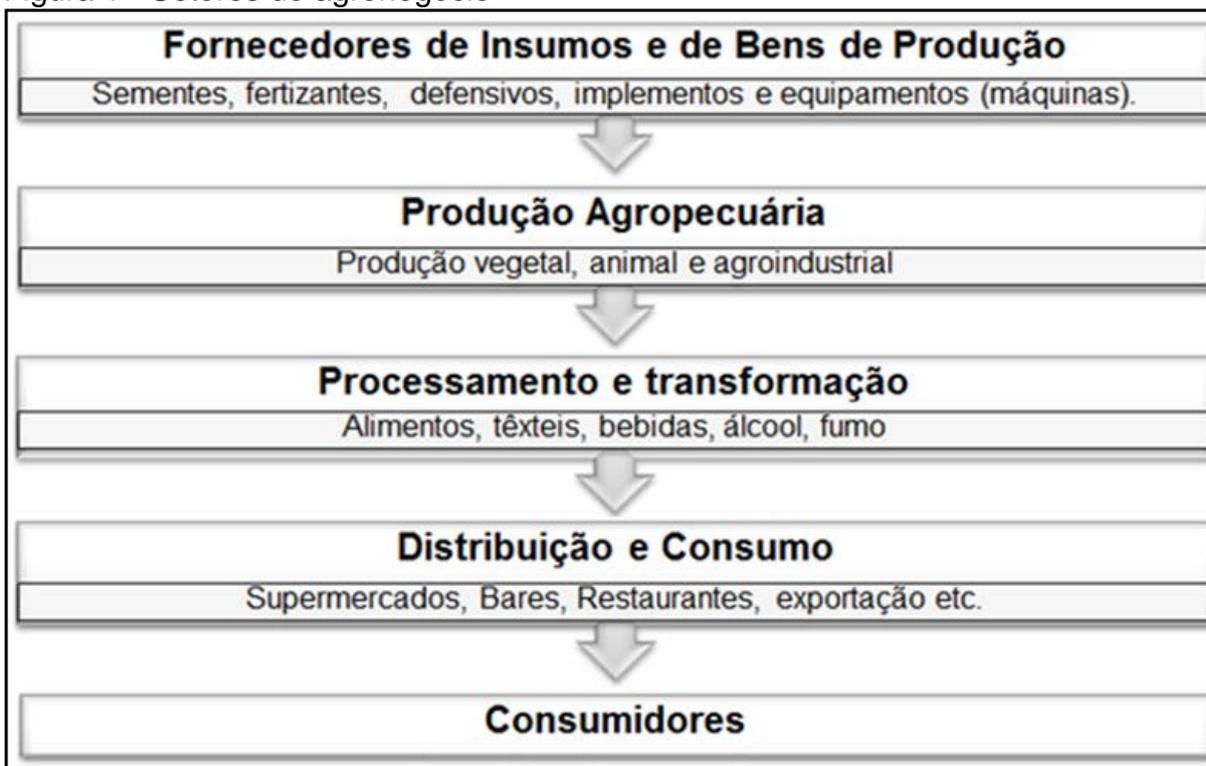
Segundo Araújo (2007) compreender o agronegócio em todos os seus aspectos é indispensável aos tomadores de decisão, sejam autoridades públicas ou agentes econômicos privados, para que formulem políticas e estratégias com maior previsão e máxima eficiência.

As atividades rurais e pecuárias surgiram no início das civilizações, desde então passaram por várias transformações, até chegar ao estágio atual no qual se tem a figura do agronegócio, que de acordo com Araújo (2007, p. 28) é:

O conjunto de todas as operações e transações envolvidas desde a fabricação dos insumos agropecuários, das operações de produção nas unidades agropecuárias, até o processamento e distribuição e consumo dos produtos agropecuários “in natura” ou industrializados.

Segundo a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) o agronegócio “[...] é a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e comercialização dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles”, que pode ser dividido em cinco principais setores, conforme demonstrado na Figura 1.

Figura 1 - Setores do agronegócio



Fonte: Adaptado da ABAG pelo autor (2017).

Na Figura 1, estão expostos os cinco setores que compoem o agronegócio, de acordo com a ABAG. O ciclo inicia-se na aquisição de insumos e bens de produção junto a fornecedores, a seguir tem-se a produção vegetal, animal e agroindustrial, após ocorre o processamento e transformação, para posterior distribuição da produção em supermercados, bares, dentre outros finalizando o ciclo com os consumidores.

O agronegócio é um dos setores econômicos do Brasil e devido a sua representatividade possui extrema importância para a economia do país. Desta forma, a adoção de práticas gerenciais nas rotinas do agronegócio gera algumas vantagens para a gestão do agronegócio, conforme (ARAÚJO, 2007, p. 22):

Compreensão melhor do funcionamento da atividade agropecuária; aplicação imediata para a formulação de estratégias corporativas, vez que a operacionalização é simples e pode resultar em utilização imediata pelas corporações e governos; precisão com que as tendências são antecipadas; importância significativa e crescente do agronegócio, enquanto há declínio da participação relativa do produto agrícola comparado ao produto total.

Para Ulrich (2009) a adoção de estratégias para a gestão do agronegócio deve estar estritamente vinculada ao porte do empreendimento rural. Nos

empreendimentos de pequeno porte, os esforços devem ser direcionados para a diferenciação dos produtos, atribuindo aos produtos identificação de origem, produção ambientalmente correta, associando qualidade e preço competitivo. Nos empreendimentos rurais de grande porte, os esforços devem ser dirigidos para a avaliação do potencial de mercado e sua capacitação para a adoção da melhor estratégia ou combinação delas.

2.4.1 Gestão de custos no agronegócio

A gestão de custos no agronegócio é essencial para a mensuração dos gastos e apropriação destes a cada cultura, no entanto, a correta apropriação dos custos a cada cultura e aos produtos, especialmente no que diz respeito aos gastos gerais torna-se uma limitação ao gestor da propriedade rural, principalmente quando não se tem um sistema de gestão de custos que possibilite a geração de informações para que a gerência possa tomar as decisões mais corretas possíveis, permitindo identificação de gastos que estejam reduzindo a lucratividade da exploração (CALLADO et al, 2007).

Segundo Hofer (2006) a contabilidade de custos surgiu para auxiliar no controle e gestão de estoque. Neste sentido, Martins (2003) afirma que a evolução na forma de se usar Contabilidade de Custos, promoveu o seu maior aproveitamento em outros campos que não o industrial. No agronegócio, sua utilização contribui para melhorar o planejamento e controle dos custos das propriedades rurais.

Para Sá (2008, p. 273) custos são “todos os gastos que se aplicaram para a obtenção de um produto ou um serviço, sejam diretos, sejam indiretos”, no qual os diretos correspondem aos incorporados fisicamente no produto e os indiretos não são incorporados fisicamente aos produtos.

Os custos aplicados ao agronegócio seguem uma terminologia semelhante à utilizada nas atividades industriais, sendo também classificados em custos fixos e variáveis. De acordo com Berti (2009) os custos podem ser classificados considerando diferentes critérios. Quanto a sua apropriação aos produtos, quanto ao nível de atividades podem ser classificados em fixos ou variáveis.

Para Crepaldi (2004, p.18) os custos fixos “são aqueles cujo total não varia proporcionalmente ao volume produzido”, para o mesmo “[...] um aspecto

importante a ressaltar é que os custos são fixos dentro de determinada faixa de produção e em geral, não são sempre fixos, podendo variar em função de grandes oscilações ao volume de produção”.

Os custos variáveis de acordo com Crepaldi (2004, p. 18) “são aqueles que variam proporcionalmente ao volume produzido”, o que para Bornia (2010) os caracteriza como intimamente relacionados com a produção, pois conforme aumenta o nível de atividade da empresa estes também sofrerão aumentos.

Neste sentido, Oliveira (2010) e Marion (2004) apresentam alguns conceitos mais direcionados à área de Contabilidade Rural e de acordo como os mesmos a classificação mais utilizada neste meio é quanto à apropriação aos produtos: diretos e indiretos. Oliveira (2010) menciona que todos os gastos identificáveis direta ou indiretamente à cultura ou produto consideram-se como custo de cultura, como sementes, fertilizantes, serviços agrônômicos, etc.

Segundo Marion (2004) quando o produtor atua no cultivo de uma única cultura todos os custos tornam-se diretos à cultura sendo apropriados diretamente, porém como é rara a ocorrência de tal situação, pois, a maioria das propriedades trabalham com o cultivo de mais de uma cultura ao mesmo tempo os custos são classificados como indiretos, e para distribuí-los as várias culturas é necessário a utilização de critérios de rateio.

Para Nepomuceno (2004) o rateio dos custos é a atribuição de um determinado valor, no seu todo, a dois ou mais centros de custos, adotando para tanto, critérios que devem observar a relação dos valores a ratear com as áreas cultivadas, as horas-homem no caso de mão de obra indireta ou ainda as horas máquina.

No que se refere aos dispêndios para a formação das culturas agrícolas, podem ainda ocorrer gastos que nas terminologias de Contabilidade de Custos denominam-se despesas. Segundo Berti (2006) os gastos para manter o negócio ou atividade, que provocam redução do patrimônio constituem a despesa.

Para Oliveira (2010, p. 28) despesas na atividade agrícola são:

[...] todo o gasto não identificável com a cultura, portanto não acumulado no estoque (culturas temporárias em formação), mas apropriado como despesa do período. São alguns exemplos de despesas, as relacionadas com as vendas dos produtos (propaganda e comissão de vendedores), as administrativas (honorários dos produtores e pessoal de escritório) e as despesas financeiras (juros).

E assim, Borna (2010) complementa que as despesas correspondem ao valor dos insumos consumidos para o funcionamento da empresa e não identificados com o processo de produção ou fabricação e que estão relacionados intrinsecamente com a administração e com a comercialização do produto.

2.4.1.1 Ano Agrícola *versus* Exercício Social

Para Marion (2004) surge uma indagação quanto ao término do exercício social, que deveria ser encerrado normalmente em 31/12, como ocorre com a maioria das empresas comerciais, industriais e de serviços, coincidindo-se com o ano civil, pois as empresas, de maneira geral, têm receitas e despesas constantes durante os meses do ano, não havendo dificuldades quanto à fixação do mês de encerramento do exercício social para a apuração de resultado.

Desta forma, Oliveira (2010) explica que para efeitos de apuração do resultado deve-se considerar o encerramento do ano agrícola, que se inicia com o plantio e normalmente encerra-se após a colheita com a comercialização da safra, momento no qual serão conhecidas as receitas e assim será possível medir o resultado do período, evitando-se as culturas em formação que tornariam difícil a apuração do resultado.

Vilhena e Antunes (2010) salientam que com o advento da Lei nº. 7.450/85 e posteriores ajustes, o Imposto de Renda tornou obrigatório, para todas as empresas, o exercício social coincidindo com o ano civil, ou seja, de 01/01 a 31/12, o que implica em sérios prejuízos à contabilidade rural, visto que, para melhor avaliação do desempenho exercício social deveria coincidir com o ano agrícola.

2.4.1.2 Culturas temporárias

Oliveira (2010, p. 27) define culturas temporárias como “aquelas sujeitas ao replantio após a colheita, cujo período de vida é curto, menos de um ano. Após a colheita elas são arrancadas do solo para que seja realizado um novo plantio”.

Para Nepomuceno (2004) são culturas também conhecidas como anuais se esgotam em um único ciclo que envolve a preparação da terra, semeadura, limpeza e colheita, onde como exemplo pode-se citar o cultivo de: milho, feijão, arroz, cevada, soja, batata, legumes etc.

Durante o ciclo de produção, os custos pagos ou incorridos, nas culturas, serão contabilizados no ativo circulante em conta específica de estoque para a respectiva cultura em formação, onde após a colheita esta conta deverá ser baixada e transferida para a conta de estoque detalhando o tipo de produto para comercialização (MARION, 2002).

2.4.1.3 Culturas permanentes

Nepomuceno (2004) define culturas permanentes como as de longa duração na qual a produção se repete periodicamente, como exemplo tem-se a cultura de laranja, café, maçã, manga, limão, ou seja, praticamente todas as frutas arbóreas.

Segundo Marion (2002, p. 41) “[...] são aquelas que permanecem vinculadas ao solo e proporcionam mais de uma colheita ou produção. Normalmente atribui-se às culturas permanentes uma duração mínima de quatro anos”.

Para Oliveira (2010) todos os custos decorrentes do processo de cultivo de uma cultura, desde a preparação do solo até a cultura formada em condições de produção, são alocados em uma conta do ativo imobilizado, ou seja, como se tivesse sendo fabricada uma máquina que após pronta começa a produzir.

2.4.2 Análises dos Indicadores Econômico-Financeiros

Os indicadores econômico-financeiros consistem em números e percentuais resultantes de inter-relações entre os elementos componentes do balanço patrimonial e da demonstração de resultado, por meio da aplicação de três elementos essenciais de análise: Liquidez (Situação Financeira), Rentabilidade (Situação Econômica) e Endividamento (Estrutura de Capital), que promovem maior clareza à análise do desempenho econômico-financeiro da empresa (MARION, 2012; PADOVEZE; BENEDICTO, 2011).

2.4.2.1 Índices de Liquidez

Com relação aos indicadores de liquidez os mesmos evidenciam a capacidade de pagamento das empresas para cumprir com todos os seus

compromissos financeiros considerando: longo prazo, curto prazo ou prazo imediato, assim, os indicadores de liquidez mais conhecidos são: corrente, seca, imediata e geral (MARION, 2012; PADOVEZE; BENEDICTO, 2011; SOUZA, 2014).

Quadro 2 – Conceituação dos índices de liquidez

ÍNDICE	CONCEITO	AUTORES
Liquidez Corrente (LC)	Representa a capacidade da empresa em saldar seus compromissos financeiros de curto prazo, para tanto, este indicador relaciona todos os ativos realizáveis no curto prazo como ativos circulantes, com todos os passivos que deverão ser pagos no curto prazo, como passivos circulantes.	(PADOVEZE; BENEDICTO, 2011; SOUZA, 2014)
Liquidez Seca (LS)	Está atrelado a capacidade da empresa de pagamento a curto prazo, considerando os itens de maior liquidez no ativo circulante, desta forma, como os estoques precisam ser vendidos para só então ser recebidos os mesmos são desconsiderados no cálculo deste índice.	(MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014; PADOVEZE; BENEDICTO, 2011)
Liquidez Imediata (LI)	Determina o percentual de dívidas a curto prazo que possuem condições de serem liquidadas imediatamente, por meio de valores relativos a caixa e equivalente de caixa, ou seja, apenas os elementos patrimoniais do ativo circulante que possuem disponibilidade imediata.	(ASSAF NETO, 2015; PADOVEZE; BENEDICTO, 2011)
Liquidez Geral (LG)	Representa a capacidade de pagamento da empresa de liquidar todos os seus compromissos de curto e longo prazo, considerando para tanto os ativos circulantes e realizáveis a longo prazo, e os passivos totais.	(PADOVEZE; BENEDICTO, 2011; SOUZA, 2014)

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

O cálculo da LC é realizado com a fórmula demonstrada no quadro 3, e como o objetivo deste índice é determinar a capacidade de pagamento no curto prazo, o resultado de seu cálculo pode ser interpretado como quanto a empresa possui no ativo circulante para cada R\$ 1,00 de dívidas no curto prazo, assim, quanto maior seu resultado melhor para a empresa, pois aumenta a probabilidade da mesma financiar as suas necessidades de capital de giro (ASSAF NETO, 2015; MARION, 2012).

Quadro 3 - Fórmula Índice de Liquidez Corrente

Liquidez Corrente =	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
---------------------	---

Fonte: Adaptado de Assaf Neto (2015).

Souza (2014) complementa que quedas no resultado do índice de (LC) não significa que a empresa perdeu sua capacidade de pagamento, tal situação pode estar relacionada a uma Administração Financeira rigorosa, diante de fatores como inflação ou crescimento da empresa.

Conforme Matarazzo (2010) o resultado do cálculo do índice de LS é o quanto a empresa detém de ativo circulante diminuído de estoques para cada R\$ 1,00 de passivo circulante ou dívidas a curto prazo, assim quanto maior, melhor a condição financeira da empresa. A LS, é calculada mediante a fórmula apresentada no quadro 4.

Quadro 4 - Fórmula Índice de Liquidez Seca

Liquidez Seca =	$\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques} - \text{Despesas Antecipadas}}{\text{Passivo Circulante}}$
-----------------	---

Fonte: Adaptado de Assaf Neto (2015).

Como a LS não considera os estoques, Souza (2014) aponta que este indicador demonstra o nível de dependência da venda dos estoques para liquidação das dívidas a curto prazo da empresa.

A LI é calculada utilizando a fórmula demonstrada no quadro 5, e assim considerando-se que este índice representa o quanto a empresa dispõe imediatamente para o pagamento de dívidas no curto prazo, pode-se interpretá-lo como o quanto a empresa possui de disponibilidades para cada R\$ 1,00 de dívida a curto prazo e assim, tem-se a análise de que, quanto maior for esse índice melhor a situação financeira da empresa (MARION, 2012).

Quadro 5 - Fórmula Índice de Liquidez Imediata

Liquidez Imediata =	$\frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$
---------------------	---

Fonte: Adaptado de Assaf Neto (2015).

Para Souza (2014) o índice de liquidez geral é calculado a partir da fórmula do quadro 6, representa a capacidade de pagamento da empresa de liquidar todos os seus compromissos de curto e longo prazo, “[...] tomando como numerador os ativos circulantes e realizáveis a longo prazo, e como denominador os passivos

totais (circulante e exigível a longo prazo)". (PADOVEZE E BENEDICTO, 2011, p. 153).

Quadro 6 - Fórmula Índice de Liquidez Geral

Liquidez Geral =	$\frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$
------------------	---

Fonte: Adaptado de Assaf Neto (2015).

Considerando que o índice de LG determina a situação financeira da empresa quanto à disponibilidade de dinheiro para pagamento de dívidas no curto e longo prazo, tem-se então como análise para este índice o quanto a empresa dispõe de recursos de curto e longo prazo para cada R\$ 1,00 de dívidas no curto e longo prazo (ASSAF NETO, 2015; MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

2.4.2.2 Índices de Endividamento

Quanto aos indicadores de endividamento os mesmos indicam a relação entre a estrutura patrimonial e a forma com a qual a empresa é financiada, mediante a participação de capital de terceiros ou de capital próprio, visando assim identificar o nível de dependência da empresa perante os recursos de terceiros estabelecendo a composição do endividamento (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014; SOUZA, 2014).

Quadro 7 – Conceituação dos índices de endividamento

ÍNDICE	CONCEITO	AUTORES
Endividamento Geral	Mede o quanto a empresa possui de dívidas com terceiros para cada real de recursos próprios, evidenciando o nível de dependência da empresa ao capital de terceiros.	(GITMAN, 2010 MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014)
Composição do Endividamento	Revela o quanto da dívida total com terceiros é exigível no curto prazo.	(MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014)

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

O índice de endividamento geral é calculado utilizando-se a fórmula do Quadro 8, e seu resultado pode ser interpretado como quanto mais elevado, maior é a parcela do capital de terceiros utilizada para gerar lucros do contrário quanto mais

baixo menor é o nível de dependência da empresa do capital de terceiros para a geração de lucros (GITMAN, 2010).

Quadro 8 - Fórmula do Endividamento Geral

Endividamento Geral =	$\frac{\text{Passivo Total}}{\text{Ativo Total}}$
-----------------------	---

Fonte: Adaptado de Gitman (2010) pelo autor (2017).

Com relação à composição do endividamento que é calculada de acordo com a fórmula apresentada no Quadro 9, cada empresa define sua estrutura de capitais em busca de otimizar seus resultados, onde as que optarem por níveis de endividamento mais elevados no longo prazo, terão melhores condições quanto a geração de recursos perante a situações econômico-financeiras adversas, ao passo de que as que tenham níveis de maiores no curto prazo, estão expostas a maiores riscos de tomar decisões desfavoráveis que podem comprometer o cumprimento das obrigações (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

Quadro 9 - Fórmula da Composição do Endividamento

Composição do Endividamento =	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capital de Terceiros}}$
-------------------------------	---

Fonte: Adaptado de Martins, Miranda e Diniz (2014) pelo autor (2017).

Quanto à análise do resultado deste índice quanto maior o mesmo for pior, pois demandará uma geração de caixa operacional maior para garantir com que a empresa honre com seus compromissos, e, além disso, quanto mais altos os níveis de endividamento no longo prazo melhores serão as condições de gerar recursos para cumprir com seus compromissos (BRUNI, 2011; MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014; SOUZA. 2014).

2.4.2.3 Índices de Rentabilidade

Os índices de rentabilidade permitem aos gestores avaliar e comparar os lucros da empresa em relação ao volume de vendas, aos ativos ou ao investimento dos proprietários, sem rentabilidade a continuidade de qualquer empresa estaria

ameaçada, e assim quanto menos rentável for o negócio menor será a probabilidade de atrair capital externo (GITMAN, 2010; MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

Quadro 10 – Conceituação dos índices de rentabilidade

ÍNDICE	CONCEITO	AUTORES
Margem Líquida	Determina o percentual das vendas que foi convertido em lucro.	(GITMAN, 2010; MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014)
Retorno do Ativo	Mede a eficiência dos próprios ativos da empresa na geração de lucro.	
Retorno do Patrimônio Líquido	Mede o retorno aos sócios sobre o investimento realizado na empresa, demonstrando assim a capacidade da empresa de remunerar o capital investido pelos sócios.	

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

A margem líquida é calculada a partir da fórmula apresentada no Quadro 11, onde o lucro líquido é dividido pela receita de vendas deduzida de todos os custos e despesas e impostos, tornando-se assim evidente que quanto maior for seu resultado melhor (GITMAN, 2010; MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

Quadro 11 - Fórmula da Margem Líquida

Margem Líquida =	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita de vendas}} \times 100$
------------------	--

Fonte: Adaptado de Gitman (2010) pelo autor (2017).

O retorno do ativo é calculado seguindo a fórmula do Quadro 12, e seu resultado pode ser interpretado como o quanto cada R\$ 1,00 investido no ativo total representa no lucro líquido gerado, portanto quanto mais elevado for seu resultado melhor para a empresa (GITMAN, 2010; MARION, 2012; MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

Quadro 12 - Fórmula do Retorno do Ativo

Retorno do Ativo =	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}} \times 100$
--------------------	--

Fonte: Adaptado de Marion (2012) pelo autor (2017).

Com relação ao índice de rentabilidade que mede o retorno do PL o mesmo é calculado utilizando-se a fórmula do Quadro 13 e a interpretação de seu resultado é o quanto cada R\$ 1,00 investido pelos sócios gerou de lucro, assim

quanto mais alto for este retorno, melhor para o sócio que terá o retorno do seu investimento em menos tempo (GITMAN, 2010; MARION, 2012; MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

Quadro 13 - Fórmula do Retorno do PL

Retorno do PL =	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$
-----------------	---

Fonte: Adaptado de Marion (2012) pelo autor (2017).

A aplicação dos indicadores de rentabilidade a partir do relacionamento do lucro auferido pela empresa com algum outro valor como o valor de vendas, do total do ativo ou do patrimônio líquido tornam para Martins, Miranda e Diniz (2014, p.189) “[...] mais visível o desempenho econômico da entidade, independentemente do seu tamanho.”.

2.4.3 Análise das Demonstrações Contábeis

As informações contábeis demonstradas por meio de relatórios contábeis, também conhecidos como demonstrações contábeis, segundo Braga (2012, p. 53) “[...] são preparadas e apresentadas para usuários externos em geral, tendo em vista suas finalidades distintas e necessidades diversas.”, o autor complementa ainda que as demonstrações contábeis têm, portanto, o objetivo de revelar, a todas as pessoas interessadas, as informações acerca da situação patrimonial, econômica e financeira da empresa.

Com as demonstrações contábeis já elaboradas, tem-se o processo de análise das demonstrações contábeis no qual objetiva-se extrair informações para a tomada de decisões, informações estas que dependerão de qual usuário irá utilizá-las, credores, acionistas, fisco, sindicato, clientes, concorrentes, entre outros (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

A análise das demonstrações contábeis exige noções de seu conteúdo, ou seja, o conhecimento sólido do que representa cada conta nelas contida bem como o seu significado, facilitando a busca por informações mais precisas, garantindo assim que a análise não fique limitada as conclusões extraídas sobre o desempenho da empresa (MATARAZZO, 2010; ASSAF NETO, 2015).

2.4.3.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial (BP) é a demonstração que apresenta todos os bens e direitos da empresa, assim, representa de forma estática a situação patrimonial e financeira de uma empresa, em determinado momento, que normalmente se dá ao término do exercício social (MATARAZZO, 2010; MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

Assaf Neto (2015, p. 64) menciona que o BP “compõe-se de três partes essenciais: ativo, passivo e patrimônio líquido”, o autor menciona também que cada uma dessas partes é composta por contas que devem estar agrupadas em ordem decrescente de grau de liquidez para o ativo e decrescente de exigibilidade para o passivo.

O agrupamento das contas no BP de acordo com os elementos que elas representam por grau de liquidez ou exigibilidade e por classificação conforme recomendado pela legislação societária, padroniza a forma de apresentação destas informações e facilita aos usuários o conhecimento e análise acerca da situação financeira da empresa (BRAGA, 2012).

2.4.3.1.1 Ativo

O grupo de contas do BP denominado ativo é composto por contas representativas de bens, direitos e outros recursos da empresa que possuem capacidade de gerar ou ajudar a gerar caixa, neste sentido pode ser conceituado como resultado de eventos passados dos quais se espera que resultem em benefícios econômicos futuros a empresa normalmente na forma de caixa (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

Neste grupo apresentam-se todas as aplicações de recursos efetuadas pela empresa, os quais de acordo com Assaf Neto (2015, p. 64) “[...] poderão estar distribuídos em ativos circulantes, assim denominados por apresentarem alta rotação como: valores em caixa, valores a receber a curto prazo e etc. [...]”.

Os demais bens e direitos devem ser classificados no grupo do ativo não circulante que compreende ao conjunto de ativos destinados ou não a manutenção da atividade da empresa a longo prazo ou de caráter permanente, sendo dividido em realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível (HOJI, 2014).

2.4.3.1.2 Passivo

No grupo de contas do BP denominado passivo são classificadas as obrigações de uma empresa decorrentes de eventos já ocorridos, quando for provável uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja exigida em liquidação de uma obrigação presente e assim as contas deste grupo devem estar dispostas em ordem decrescente de exigibilidade (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

Assim como no ativo o passivo também divide-se em dois subgrupos: o passivo circulante e passivo não circulante. Onde, o passivo circulante, corresponde a todas as dívidas que serão liquidadas em curto prazo, ou seja, no prazo de um ano ou no prazo do ciclo operacional da empresa. E o passivo não circulante destina-se ao registro das obrigações cujo vencimento ocorrerá após o final do exercício social seguinte ao do encerramento do balanço (ASSAF NETO, 2015).

2.4.3.1.3 Patrimônio Líquido

Braga (2012, p. 64) menciona que o Patrimônio Líquido (PL) é composto por contas representativas “[...] dos capitais próprios, que registram os recursos provenientes de sócios ou acionistas e suas variações em decorrência da gestão econômico-financeira da empresa.”.

De acordo com o art. 178, parágrafo § 2º, alínea d, da lei 11.638/2007, o PL é constituído pelos seguintes subgrupos: “[...] capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.”. (BRASIL, 2007).

Como a soma das contas de natureza devedora, contas de ativo, deve se igualar a soma das contas de natureza credora, passivo e patrimônio líquido, pode-se dizer que o PL é o valor residual, encontrado da diferença entre o total de ativos de uma empresa deduzidos de todos os seus passivos (ASSAF NETO, 2015).

2.4.3.2 Demonstração do Resultado

Para Matarazzo (2010) a Demonstração do Resultado (DR) é a demonstração que apresenta os aumentos e reduções causados no Patrimônio

Líquido pelas operações da empresa, retratando apenas o fluxo econômico e não o fluxo monetário, visto que para a DR, não importa se as receitas e/ou despesas tenham reflexos em dinheiro, basta que afete o Patrimônio Líquido.

A finalidade básica da DR “[...] é descrever a formação do resultado gerado no exercício, mediante especificação das receitas, custos e despesas por natureza dos elementos, até o resultado líquido final – lucro ou prejuízo.”. (BRAGA, 2012, p. 78). Para tanto, tem-se a apresentação da DR deve seguir uma estrutura iniciando-se da Receita Líquida conforme Quadro 14.

Quadro 14 - Demonstração do Resultado

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	
	RECEITA LÍQUIDA
(-)	Custo dos Produtos Vendidos ou Serviços Prestados
	= RESULTADO BRUTO
(-)	DESPESAS OPERACIONAIS
	(-) Despesas de Vendas
	(-) Despesas Administrativas
	(+) Receitas Financeiras
	(-) Despesas Financeiras
	(-) Outras Receitas e Despesas Operacionais
	= RESULTADO OPERACIONAL
(-)	Tributos sobre o lucro
	= LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Fonte: Adaptado de (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014) pelo autor (2017).

2.4.3.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é a demonstração responsável por apresentar o efeito das transações que afetam o caixa e equivalentes de caixa, fato que caracteriza-o como o principal relatório para fins gerenciais, compreendendo assim, as entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa (MARION, 2012; MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

A Norma Brasileira de Contabilidade Teoria Geral 03 (NBC TG 03) conceitua caixa e equivalentes de caixa como:

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis e equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Conforme determina o art. 188, inciso I, da Lei 11.638/2007 a demonstração dos fluxos de caixa, retrata “[...] as alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em, no mínimo, 3 (três) fluxos: a) das operações; b) dos financiamentos; e c) dos investimentos [...]”. (BRASIL, 2007). O Quadro 15, aponta o conceito de alguns autores acerca das atividades que compõem a DFC.

Quadro 15 - Definição das atividades componentes da DFC

ATIVIDADES	CONCEITO	AUTORES
Operacionais	Representam pagamentos e recebimentos, derivados das principais atividades geradoras de receita de uma empresa, portanto, relacionados à geração de lucro operacional e outras atividades que não são caracterizadas como de investimento ou financiamento.	(BRAGA, 2012; NBC TG 03)
Investimentos	Representam os dispêndios de recursos nas aquisições de ativos com finalidade de gerar lucros (em longo prazo) destinados à atividade operacional da empresa e a outros investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa.	(MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014; NBC TG 03)
Financiamentos	Referem-se intrinsecamente as operações com credores e investidores resultando em mudanças no tamanho e composição do capital próprio e no capital de terceiros da empresa.	(ASSAF NETO, 2015)

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Conforme a NBC TG 26 as informações contidas nos fluxos de caixa concedem aos usuários das demonstrações contábeis uma base que permite realizar uma avaliação acerca da capacidade da empresa de gerar caixa e equivalentes de caixa, assim como as necessidades da mesma em utilizar esses recursos de caixa.

2.4.3.3.1 Método direto

De acordo com a NBC TG 03 um dos métodos alternativos para apresentação da DFC das atividades operacionais é o método direto, segundo o qual as principais classes de recebimentos brutos e pagamentos brutos são divulgados.

Assaf Neto (2015) complementa que no método direto são destacadas as movimentações financeiras especificando as entradas e saídas de recursos de cada item que compõe a atividade operacional, como recebimento de clientes, pagamento de juros e impostos etc., que devem ser apresentados conforme Quadro 16.

Quadro 16 - Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Direto

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO DIRETO	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Recebimentos de clientes	
Pagamentos a fornecedores	
Pagamentos a empregados	
Juros pagos	
Impostos e taxas pagos	
<i>Caixa líquido gerado/consumido pelas Atividades Operacionais</i>	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Compra de ativo imobilizado	
Recebimento pela venda de imobilizado	
Juros e dividendos e pagos/recebidos	
<i>Caixa líquido gerado/consumido pelas Atividades de Investimento</i>	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Integralização de Aumento de Capital	
Amortização/Captação de Empréstimos e Financiamentos	
Recebimento/ Pagamento de Dividendos	
Outros	
<i>Caixa líquido gerado/consumido pelas Atividades de Financiamento</i>	
AUMENTO/ REDUÇÃO DE CAIXA	
SALDO INICIAL DE CAIXA	
SALDO FINAL DE CAIXA	

Fonte: Adaptado da NBC TG 03 pelo autor (2017).

2.4.3.3.2 Método indireto

Segundo Martins, Miranda e Diniz (2014) as empresas são incentivadas a adotarem no Brasil o método indireto por meio da conciliação do caixa e equivalentes de caixa com o Lucro/Prejuízo do Exercício. Assim, pode ser utilizado como base para elaboração da DFC pelo método indireto o modelo apresentado no Quadro 17.

Quadro 17 - Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS
Resultado Líquido
(+) Depreciação
Aumento/ Redução de Duplicatas a Receber
Aumento em Duplicatas Descontadas
Aumento em Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa
Aumento/ Redução em Estoques
Aumento/ Redução em Fornecedores
Redução de Salários a Pagar
Outros
<i>Caixa líquido gerado/consumido pelas Atividades Operacionais</i>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO
Pagamento na Compra de Imobilizado
Recebimento pela Venda de Imobilizado
Outros
<i>Caixa líquido gerado/consumido pelas Atividades de Investimento</i>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO
Integralização de Aumento de Capital
Amortização de Empréstimos e Financiamentos
Recebimento/ Pagamento de Dividendos
Novas Captações de Empréstimos e Financiamentos
Outros
<i>Caixa líquido gerado/consumido pelas Atividades de Financiamento</i>
AUMENTO/ REDUÇÃO DE CAIXA
SALDO INICIAL DE CAIXA
SALDO FINAL DE CAIXA

Fonte: Adaptado de Assaf Neto (2015) pelo autor (2017).

Conforme determina a NBC TG 03 no método indireto, parte-se do lucro líquido ou o prejuízo que deve ser ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, de diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros, e de receitas ou despesas associadas com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

2.4.3.4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) possibilita ao usuário das demonstrações contábeis o conhecimento de toda a movimentação ocorrida nas contas do Patrimônio Líquido durante o exercício (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

Assaf Neto (2015, p. 98) classifica as movimentações que afetam o Patrimônio Líquido em três grupos, conforme disposto no Quadro 18:

Quadro 18 - Exemplos de movimentações e seus efeitos na DMPL

EFEITOS DAS MOVIMENTAÇÕES EM RELAÇÃO AO PL	EXEMPLOS
Elevam	Lucro líquido do exercício; aumento de capital por subscrição e integralização de novas ações; ágio cobrado na subscrição de ações e prêmios para debêntures etc.
Diminuem	Prejuízo líquido do exercício; aquisição de ações da própria sociedade (ações em tesouraria); dividendos etc.
Não afetam	Aumento de capital por incorporação de reservas; apropriações do lucro líquido da conta de lucros ou prejuízos acumulados para outras reservas, compensação de prejuízos através de reservas etc.

Fonte: Adaptado de Assaf Neto (2015) pelo autor (2017).

Braga (2012) explica que do ponto de vista gerencial, essa demonstração permite ao usuário uma visão mais adequada a respeito do comportamento dos capitais próprios da empresa, possibilitando a identificação das causas da evolução ou involução.

2.4.3.5 Notas Explicativas

As notas explicativas (NE) possuem informações complementares e adicionais em relação às apresentadas nas demonstrações contábeis, representando parte integrante das mesmas, podendo ser apresentadas na forma descritiva ou como quadros analíticos (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014; MARTINS et al, 2014; SOUZA, 2014).

Basso (2011, p. 333) complementa que “[...] as notas explicativas não se constituem em outra demonstração contábil, mas em informações que a elas se integram com a finalidade de explicar algo ou ampliar informações que se encontram resumidas nas demonstrações contábeis que as acompanham.”. Neste sentido as notas explicativas devem apresentar as bases para elaboração das demonstrações contábeis e as práticas contábeis utilizadas (MARION, 2012).

Com relação à obrigatoriedade legal da necessidade das notas explicativas está prevista no § 4º do artigo 176 da lei 6.404/76, “As demonstrações serão complementadas por Notas Explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.”.

O mesmo dispositivo legal em seu artigo 176, § 5º especifica que as notas explicativas devem indicar, conforme Quadro 19.

Quadro 19 - Elementos que devem ser indicados nas Notas Explicativas (NE)

Elementos que devem ser indicados nas Notas Explicativas
Os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais;
Os investimentos em outras sociedades;
O aumento de valor de elementos do Ativo resultante de novas avaliações;
Os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, garantias prestadas a terceiros;
A taxa de juros, as datas de vencimentos e garantia das obrigações à longo prazo;
O número, espécies e classes das ações do capital social;
As opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício;
Os ajustes de exercícios anteriores;
Os eventos subsequentes à data do encerramento do exercício.

Fonte: Adaptado do art. 176 da lei 6.406/76 pelo autor (2017).

Os elementos que devem ser indicados no Quadro 19, como aqueles que devem ser apresentados nas NE contêm informação adicional com descrições, segregações e aberturas de itens divulgados nessas demonstrações contábeis que sejam relevantes para compreendê-las (MARION, 2012; SOUZA, 2014).

2.5 SISTEMAS DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E GERENCIAIS

Os sistemas de informações contábeis e gerenciais colaboram para a geração de informações que contribuem com o processo de tomada de decisão dos gestores, nos mais diversos níveis da administração, principalmente porque um sistema de informação bem parametrizado possui a capacidade de transformar os dados em informações úteis e oportunas com agilidade, o que poderá proporcionar as empresas redução nos custos de suas operações; melhorias na produtividade e no acesso a informação por meio da geração de relatórios mais precisos e rápidos com menos esforço (FILHO, 2015).

A utilização de sistemas de informação para o gerenciamento rural permite que as informações gerenciais sejam geradas com eficácia e rapidez oferecendo assim, suporte para à tomada de decisão, garantindo, que os empresários rurais ganhem em competitividade, produtividade e eficiência de gestão em inovação e informação, com isso fica evidenciada a importância da utilização da tecnologia no agronegócio, sobretudo é necessário saber quais níveis de aptidão dos empresários para utilizar estas ferramentas (SOUZA; 2012).

Os softwares de gerenciamento de atividade rural existentes no mercado viabilizam o monitoramento das atividades mediante a análise dos relatórios gerados pelo mesmo fazendo com que o empresário rural tome decisões mais assertivas, no entanto, a eficiência de um sistema de informações contábeis é fundamental para a análise das demonstrações contábeis, pois quanto, mais deficiente o mesmo for, menor será o grau de confiabilidade das informações contidas nas demonstrações contábeis (BRAGA, 2012).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo, inicialmente, descreve-se o enquadramento metodológico do estudo. Em seguida, apresentam-se os procedimentos utilizados para a coleta e análise dos dados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

No que se refere à abordagem do problema este estudo é caracterizado como uma pesquisa quantitativa. Para Richardson (1999) os estudos que usam este tipo de abordagem utilizam-se da quantificação para a coleta de informações e tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, com a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação. Assim, com os dados obtidos junto aos produtores rurais do município objeto de estudo, serão apresentados de forma quantitativa os resultados, por meio, de técnicas estatísticas.

Em relação aos objetivos, este estudo caracteriza-se como descritivo, pois segundo Andrade (2010), neste tipo de pesquisa deve-se observar, registrar, analisar, classificar, interpretar os fatos, sem que o pesquisador possa interferir na transcrição dos fatos, ou seja, ocorre quando o pesquisador se propõe a estudar os acontecimentos, porém não tem o objetivo de manipulá-los. Desta forma, esta pesquisa identifica e caracteriza os agricultores do município objeto de estudo.

Quanto aos procedimentos, efetua-se um estudo do tipo levantamento, devido à utilização de questionário para coleta de dados, segundo Gil (1999) a pesquisa do tipo levantamento, consiste na interrogação de um grupo significativo de pessoas cujo comportamento acerca do problema estudado se deseja conhecer, para que assim em seguida, mediante análise quantitativa, possa obter-se as conclusões correspondentes aos dados coletados. Neste sentido esta pesquisa busca levantar quais são as práticas gerenciais utilizadas pelos agricultores em suas propriedades.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Para identificar se existe utilização de práticas gerencias nas propriedades rurais do município em estudo aplicou-se um questionário, com 15

(quinze) questões fechadas. Este questionário foi dividido em 3 (três) partes, onde a primeira composta por 3 (três) questões que buscam definir o perfil do entrevistado, a segunda é composta por 2 (duas) questões com as quais objetiva-se traçar o perfil da propriedade e por fim na terceira parte estão dispostas 10 (dez) questões nas quais indagou-se acerca do uso de práticas gerenciais pelos produtores rurais na gestão de suas propriedades.

A pesquisa possui como público alvo os gestores das propriedades rurais situadas no município de Três Forquilhas, localizado na região norte do estado do Rio Grande do Sul, dividido em 8 localidades, com uma população de 2.914 habitantes dos quais conforme demonstrado no Gráfico 1, possui como principal fonte econômica a agricultura com predomínio de hortifrutigranjeiros, que cultivam produtos como cenoura, beterraba, batata-doce, repolho, tomate, milho, feijão e banana, etc., representando 43,76% do PIB do município. (IBGE, 2010, 2013).

Gráfico 1 – População residente no município por área rural e urbana



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE (2017).

Desta forma, num primeiro momento, com o objetivo de determinar o tamanho da amostragem necessária para que os resultados representem a realidade, entrou-se em contato com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Secretaria da Agricultura do município, onde verificou-se que 139 famílias atuam na atividade rural do mesmo município. Definiu-se então que a amostra abrangerá 5 famílias em cada uma das 8 localidades, totalizando 40 famílias.

A aplicação do questionário ocorreu de forma presencial com os produtores rurais vinculados à administração das propriedades mediante visita na propriedade rural de cada um dos entrevistados, durante os finais de semana dos meses de Setembro e Outubro de 2017, buscando identificar se os gestores utilizam práticas gerenciais na gestão do agronegócio.

4 ANÁLISE DE DADOS E RESULTADO DA PESQUISA

Neste capítulo apresentam-se as informações obtidas por meio da coleta de dados junto à 40 (quarenta) famílias residentes do município de Três Forquilhas - RS. O questionário aplicado pelo pesquisador foi respondido na sua totalidade por proprietários de pequenas propriedades rurais, onde para uma maior compreensão da pesquisa realizada, a mesma será apresentada na forma de tabelas e gráficos com a finalidade de apresentar os resultados obtidos com a pesquisa.

4.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Com relação ao perfil dos entrevistados, questionou-se os produtores rurais quanto ao gênero, faixa etária e grau de escolaridade, procurando identificar as principais características de modo geral, e assim os dados relacionados ao perfil dos entrevistados estão dispostos no quadro 20.

Quadro 20 – Perfil dos entrevistados

(continua)

GÊNERO	RESP.	FAIXA ETÁRIA	ESCOLARIDADE
MASCULINO	1	20 a 25	Médio completo
	1	26 a 30	Superior completo
	2		Médio completo
	1	31 a 35	Médio completo
	3		Fundamental completo
	2	36 a 40	Fundamental completo
	2		Fundamental incompleto
	1	41 a 45	Fundamental completo
	3		Fundamental incompleto
	1	46 a 50	Médio completo
	2		Fundamental completo
	3		Fundamental incompleto
	1	51 a 55	Superior completo
	3		Fundamental completo
	5		Fundamental incompleto
	4	56 a 60	Fundamental incompleto
	1	61 a 65	Fundamental incompleto
	TOTAL MASC.	36	

Quadro 20 – Perfil dos entrevistados

(conclusão)

GÊNERO	RESP.	FAIXA ETÁRIA	ESCOLARIDADE
FEMININO	1	31 a 35	Médio completo
	2	36 a 40	Médio completo
	1	41 a 45	Fundamental completo
TOTAL FEM.	4		
TOTAL GERAL	40		

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2017).

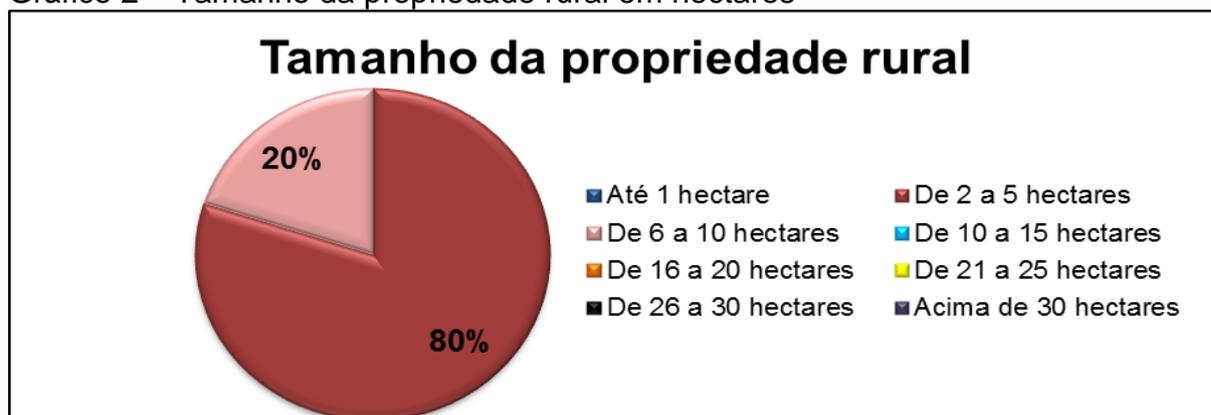
Percebe-se que, a pesquisa contou com produtores rurais de várias gerações, tanto jovens (entre 20 e 30 anos), de meia-idade (31 e 45 anos) como os mais experientes (46 a 65 anos), e da totalidade dos entrevistados a maioria 36 (trinta e seis) são do sexo masculino e 4 (quatro) do sexo feminino.

Quanto ao grau de escolaridade dos entrevistados pode-se observar que o mesmo é bastante variado, onde 18 (dezoito) deles possuem ensino fundamental incompleto, 12 (doze) concluíram apenas o ensino fundamental, e os demais, foram um pouco mais além, 8 (oito) concluíram o ensino médio e os outros 2 (dois) concluíram o nível superior.

4.2 PERFIL DA PROPRIEDADE RURAL

Compondo a segunda parte da entrevista, com o objetivo de conhecer o perfil da propriedade rural, indagou-se sobre o tamanho aproximado da propriedade do entrevistado em hectares conforme gráfico 2, e a forma com a qual a mesma foi adquirida conforme gráfico 3.

Gráfico 2 – Tamanho da propriedade rural em hectares



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2017).

Com relação ao tamanho das propriedades conforme apresentado no gráfico 2, a maioria, o que corresponde a 80%, possuem entre (2 a 5 hectares) e o restante 20% são propriedades compostas por uma extensão de (6 a 10 hectares), fato que as caracteriza como pequenas propriedades.

Gráfico 3 – Forma de aquisição da propriedade



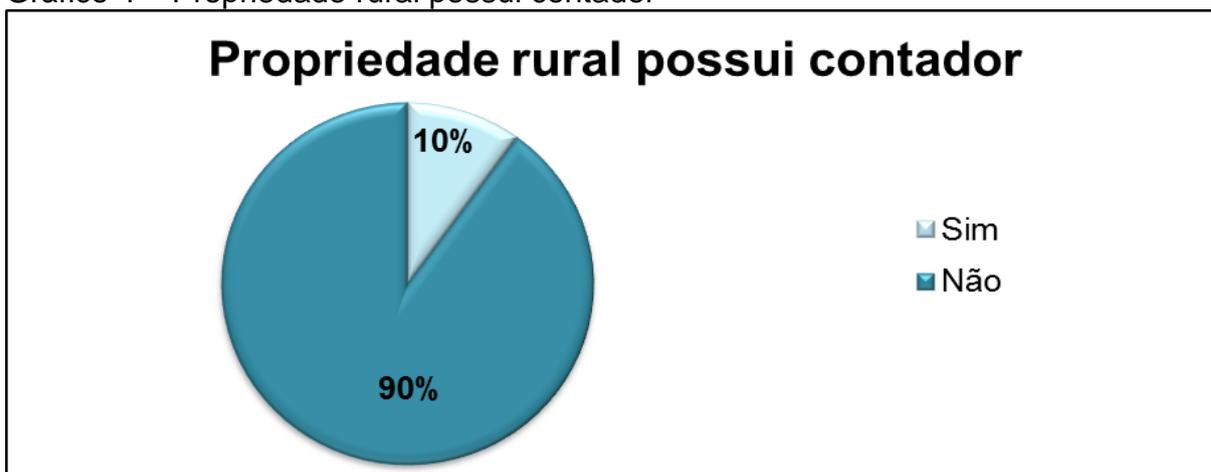
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2017).

Questionados quanto à forma de aquisição da propriedade todos os entrevistados apontaram ter adquirido a propriedade ou parte dela a partir de herança familiar, além disso, uma parte deles 22% indicou ter complementado suas propriedades por meio da compra de terceiros. Dos que indicaram ter adquirido parte da propriedade de terceiros, 17% realizaram a compra de terceiros sem vínculo familiar e 5% compraram de membros da família.

4.3 USO DE PRÁTICAS GERENCIAIS NAS PROPRIEDADES RURAIS

Na terceira parte do questionário, os entrevistados foram indagados se a propriedade possui contador e em caso afirmativo qual é o ambiente de atuação do mesmo, por fim com o intuito de identificar a utilização de práticas gerenciais questionou-se como os entrevistados classificam a importância da Contabilidade e da Contabilidade Gerencial bem como seus conhecimentos acerca das práticas gerenciais para subsidiar a gestão da propriedade.

Gráfico 4 – Propriedade rural possui contador

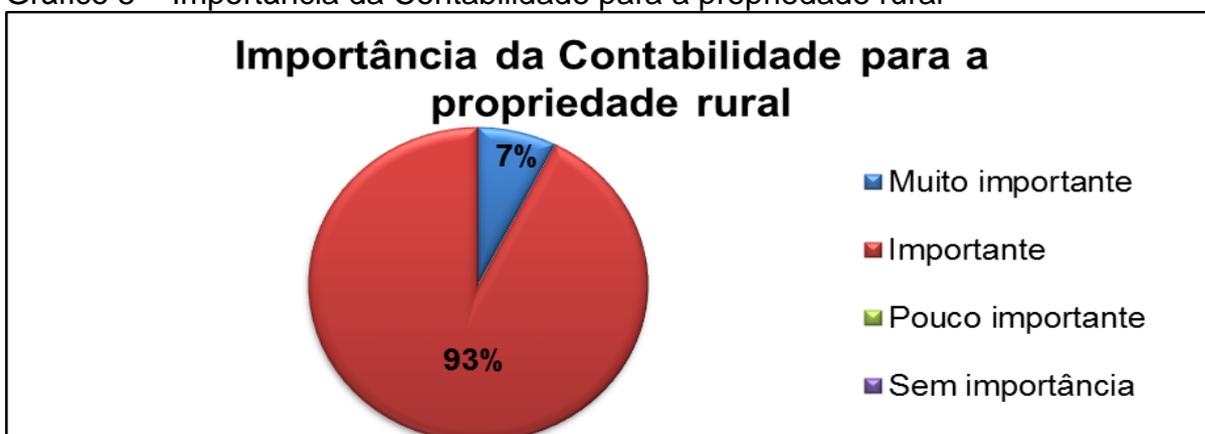


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2017).

Em relação à presença de um contador na propriedade, como pode-se observar no gráfico 4, apenas 10% dos entrevistados declararam possuir contador, estes correspondem aqueles que possuem propriedades com extensão entre 6 e 10 hectares e assim necessitam de funcionários para auxiliarem nas rotinas diárias, desta forma, o contador que em 100% das propriedades que o possuem atua no ambiente externo, desempenha principalmente o papel de auxiliar o produtor nas questões trabalhistas e fiscais oferecendo poucos subsídios as questões gerenciais.

Questionados a respeito de como classificam a importância do uso da Contabilidade e Contabilidade Gerencial no que diz respeito aos subsídios que as mesmas oferecem para a tomada de decisão os entrevistados as classificaram como importante e muito importante conforme demonstrado nos gráficos 5 e 6.

Gráfico 5 – Importância da Contabilidade para a propriedade rural

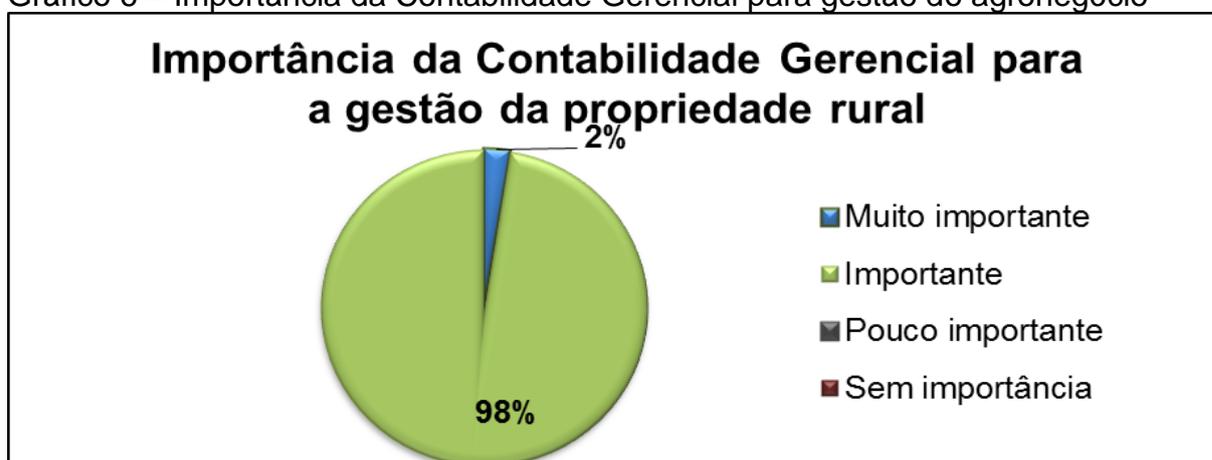


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2017).

Para a maioria dos agricultores entrevistados tanto a Contabilidade quanto a Contabilidade direcionada a área Gerencial são importantes para a gestão da propriedade, no gráfico 5, evidencia-se que 93%, correspondendo a 37 dos agricultores entrevistados classificaram a Contabilidade como importante e os demais 7% o que corresponde a 3 entrevistados como muito importante.

Quanto a importância da Contabilidade Gerencial, dos 40 agricultores, 39 deles a classificaram como importante o que representa 98% do total de agricultores entrevistados e apenas 1 deles representando 2% a classificam como muito importante conforme gráfico 6.

Gráfico 6 – Importância da Contabilidade Gerencial para gestão do agronegócio



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2017).

Com a intenção de mensurar o conhecimento dos agricultores entrevistados em relação às práticas gerenciais indagou-se se os mesmos possuem algum conhecimento em gestão de custos e análises de indicadores econômico-financeiros e demonstrações contábeis onde todos apontaram possuir algum conhecimento em gestão de custos e apenas 5 dos 40 indicaram ter conhecimento em análise das demonstrações contábeis o que corresponde a 13%, do total de entrevistados, conforme demonstra o quadro 21.

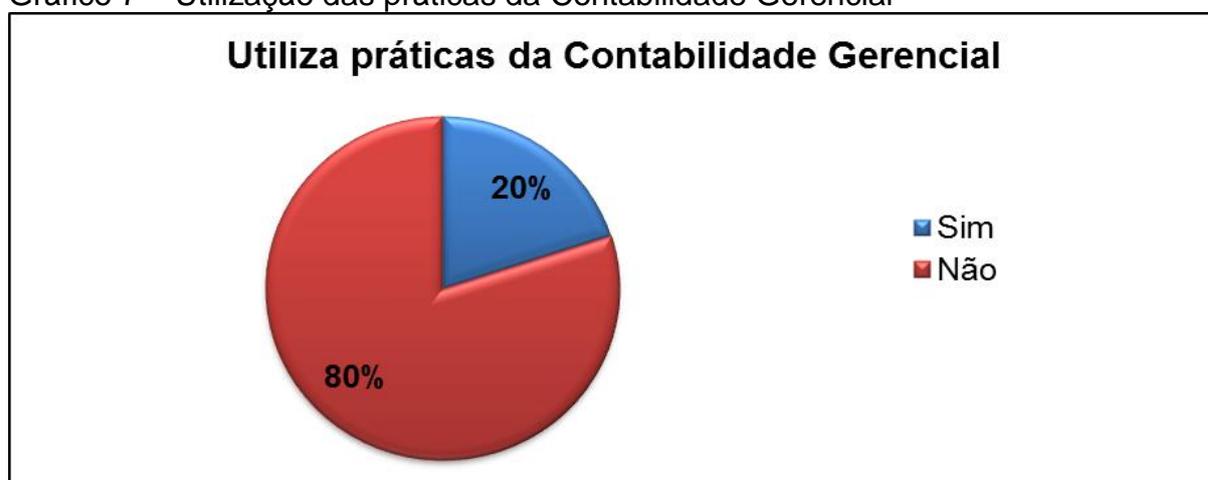
Quadro 21 – Práticas da Contabilidade Gerencial que possui conhecimento

PRÁTICA GERENCIAL	Nº DE ENTREVISTADOS QUE POSSUEM CONHECIMENTO	%	TOTAL DE RESPOSTAS
Gestão de custos	40	100	40
Análise dos Indicadores Econômico-Financeiros	-	0	40
Análise das Demonstrações Contábeis	5	13	40

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2017).

Em seguida, ao constatar que todos os agricultores possuem conhecimento de ao menos uma prática da Contabilidade Gerencial questionou-se se estes utilizam as práticas gerenciais em suas propriedades, e assim apesar de indicarem anteriormente que possuem conhecimento 80% apontaram que não utilizam as práticas da Contabilidade Gerencial para gerenciar suas propriedades e os outros 20% afirmam utilizar alguma prática, conforme gráfico 7.

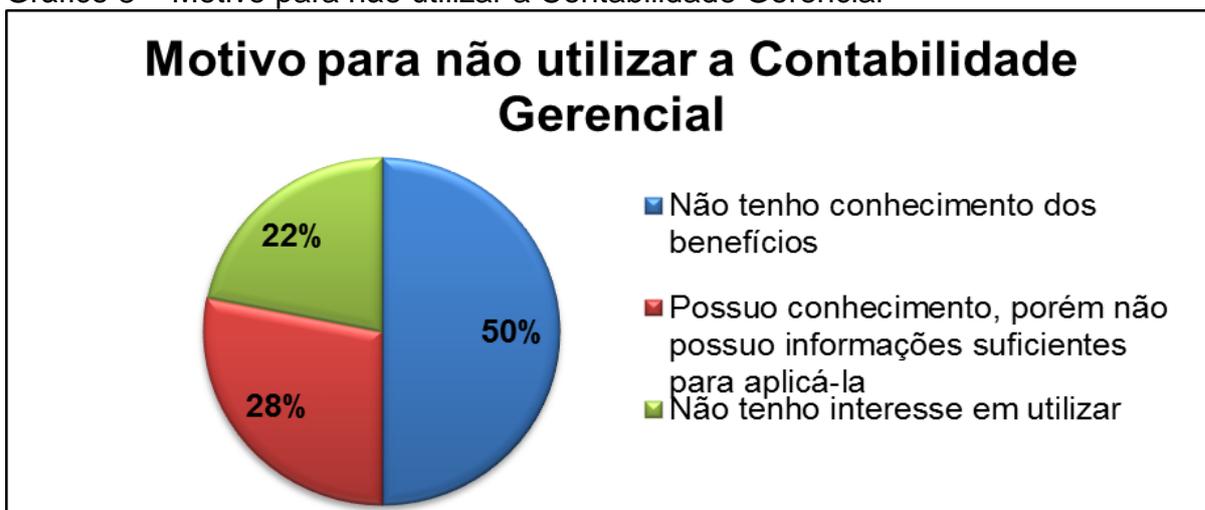
Gráfico 7 – Utilização das práticas da Contabilidade Gerencial



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2017).

Desta forma, para os 32 entrevistados que indicaram não utilizar a Contabilidade Gerencial indagou-se o motivo pelo qual não utilizam, no gráfico 8, pode-se observar que metade deles, ou seja, 16 entrevistados apontaram não ter conhecimento dos benefícios correspondendo a 50% do total, 9 deles que representam 28% dizem possuir conhecimento, no entanto, não possuem informações suficientes para aplicá-las em suas propriedades e os outros 7 que representam 22% responderam não ter interesse em utilizar.

Gráfico 8 – Motivo para não utilizar a Contabilidade Gerencial



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2017).

Quanto aos 8 demais entrevistados que indicaram utilizar a Contabilidade Gerencial estes foram questionados a respeito da forma que realizam o controle de custos, quais indicadores econômico-financeiros utilizam bem como de quais demonstrações contábeis realizam a análise. Diante disso, no gráfico 9, pode-se observar que com relação ao controle de custos nas propriedades, dos 8 entrevistados, 6 apontam realizar este controle utilizando o Excel, e os outros 2 utilizam controles com cálculos manuais e anotações.

Gráfico 9 – Como realiza o controle de custos da propriedade



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2017).

Quando questionados, sobre a utilização de indicadores econômico-financeiros todos indicaram não utilizar nenhum dos tipos de indicadores

apresentados como opções sendo eles os índices de: liquidez, endividamento ou rentabilidade, conforme gráfico 10.

Gráfico 10 – Utilização de indicadores econômico-financeiros



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2017).

Quanto ao uso das demonstrações contábeis, questionou-se os entrevistados se os mesmos realizam a análise do BP, DR, DFC, DMPL, NE, e assim, as respostas encontram-se dispostas no quadro 22.

Quadro 22 – Utilização da análise das demonstrações contábeis

RESP.	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS					
	Balanco Patrimonial	Demonstração do Resultado	Demonstração do Fluxo de Caixa	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Notas Explicativas	Outros
1		X				
3		X	X			
4						X
8						

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2017).

O quadro 22, demonstra que dos 8 entrevistados que utilizam as práticas da Contabilidade Gerencial, onde evidencia-se que 1 dos agricultores entrevistados faz uma análise apenas da DR, outros 3 realizam a análise das demonstrações contábeis DR e DFC, e os outros 4 não realizam a análise de nenhum tipo de demonstração contábil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização de práticas gerenciais contribui na gestão de empresas de qualquer setor econômico, pois fornece informações de extrema importância para o processo de tomada de decisão, nas propriedades rurais por sua vez à utilização das práticas gerenciais ainda é baixa, principalmente em pequenas propriedades rurais geralmente localizadas nos pequenos municípios do interior, que possuem carência de profissionais na área de suporte a gestão de empresas rurais.

No município de Três Forquilhas – RS, um município do interior onde a maioria das pessoas nele residentes a principal fonte de renda é proveniente das atividades oriundas do campo, que vão desde a plantação de frutas, verduras, legumes, hortaliças, até a pecuária. Desta forma, por meio deste trabalho objetivou-se fazer um levantamento para identificar se os agricultores residentes naquele município utilizam-se de alguma prática gerencial e em caso afirmativo quais são as principais utilizadas.

E assim com a aplicação dos objetivos específicos, após a identificação e caracterização dos agricultores do município de Três Forquilhas – RS, levantando, por meio de questionário, se os agricultores utilizam práticas gerenciais em suas propriedades foi evidenciando que as principais práticas gerenciais utilizadas pelos mesmos são controle de custos e análise das demonstrações contábeis DR e DFC.

Diante disso, analisando os dados obtidos com a aplicação do questionário, verificou-se que da totalidade de (40) entrevistados, apenas 20% declararam utilizar alguma prática gerencial e dos demais que não utilizam 50% indicaram como principal motivo para não utilização o fato de não possuírem conhecimento dos benefícios que as práticas gerenciais podem oferecer para a gestão de suas propriedades.

Como um número considerável dos entrevistados não utiliza nenhuma prática gerencial foi proposto aos mesmos à utilização após lhes apresentar o quanto a implantação de práticas gerenciais nas propriedades rurais pode facilitar o processo de gestão, além de permitir que conheçam seus resultados podendo saber se seu negócio é rentável, além de poder promover a redução de custos que na maioria dos casos são desconhecidos.

Como limitações da pesquisa pode-se citar o fato de não poder aplicar com os agricultores as práticas gerenciais a tempo de poder demonstrar os

resultados obtidos com esta aplicação, o que fica como sugestão para estudos futuros, realizar a aplicação das práticas gerenciais nas propriedades expondo os resultados e o nível de satisfação dos agricultores com a adoção das práticas gerenciais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ARAÚJO, M. J.. **Fundamentos do agronegócio**. São Paulo: Atlas, 2007.

_____, **Fundamentos do agronegócio**. São Paulo: Atlas, 2013.

ASSAF NETO, A.. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro : comércio e serviços, indústrias, bancos comerciais e múltiplos**. 11. ed São Paulo: Atlas, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO. **Agronegócio**. Disponível em: <<http://www.abagr.org.br/agronegocioConceito.php>> Acesso em: 07 out. 2017.

Atividade Rural – **Conceitos Gerais**. 2013. Disponível em: <<https://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaFisica/IRPF/2013/perguntao/assuntos/atividade-rural-conceitos-gerais.htm>>. Acesso em: 05 set. 2017.

BERTI, A. **Contabilidade e análise de custos**. 1. ed Curitiba: Juruá, 2006.

BORNIA, A. C.. **Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 3.000**, de 26 de março de 1999. Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3000.htm>. Acesso em: 03 out. 2017.

_____, **Lei 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 03 out. 2017.

_____, **Lei 9.250**, de 26 de dezembro de 1995. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9250.htm>. Acesso em: 21 out. 2017.

_____, **Lei 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm>. Acesso em: 07 out. 2017.

_____, **Lei 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 26 ago. 2017.

_____, **Lei 11.941**, de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, [...]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm>. Acesso em: 03 out. 2017.

_____, **Lei Complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm> Acesso em: 26 set. 2017.

_____, **Lei Complementar nº 155**, de 27 de outubro de 2016. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes pelo Simples Nacional; altera as Leis nºs 9.613, de 3 de março de 1998, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e revoga dispositivo da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp155.htm> Acesso em: 26 set. 2017.

BRAGA, H. R. **Demonstrações contábeis: estrutura, análise e interpretação**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRUNI, A. L. **A análise contábil e financeira**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CALLADO, A. A. C. et al. Caracterizando aspectos do sistema de informação contábil na gestão de custos: Um estudo empírico no âmbito do agronegócio. **Associação Brasileira de Custos**, São Leopoldo, v. 2, n. 2, p. 45-67, mai./ago. 2007.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. **PIB do agronegócio cresce 4,48% em 2016**. Disponível em: <<http://www.cnabrazil.org.br/boletins/boletim-pib-do-agronegocio-cresce-448-em-2016-marco-2017>>. Acesso em: 07 out. 2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2)**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=34>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

_____, **Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1)**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57>>. Acesso em: 27 ago. 2017.
CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de contabilidade de custos**. 3.ed São Paulo: Atlas, 2004.

CREPALDI, S. A.. **Contabilidade Rural: uma abordagem decisória**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006

_____, **Contabilidade Rural: Uma Abordagem Decisória**, 7ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FILHO, J. M.. **Importância da Contabilidade gerencial e dos sistemas de informações para as empresas**. V.11, n.2, p.97-103, 2015. Disponível em: <http://revistaunar.com.br/cientifica/documentos/vol11_n2_2015/9-IMPORT%C3%82NCIA%20DA%20CONTABILIDADE%20GERENCIAL%20E%20DOS%20SISTEMAS%20DE%20INFORMA%C3%87%C3%95ES%20PARA%20AS%20EMPRESAS.pdf> Acesso em: 14 out. 2017.

GIL, A. C.. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 12. ed São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

HOFER, E.; BORILLI, S. P.; PHILIPPSEN, R. B.. Contabilidade como ferramenta gerencial para a atividade rural: um estudo de caso. **Enfoque Reflexão Contábil**, v. 25, n. 3, p. 5-16, 2006. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/41794/contabilidade-como-ferramenta-gerencial-para-a-atividade-rural--um-estudo-de-caso>>. Acesso em: 07 out. 2017.

HOFER, E.; RAUBER, A. J.; DIESEL, A.; WAGNER, M.. Gestão de custos aplicada ao agronegócio: culturas temporárias. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 17, n. 1, p. 29-46, 2006. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/25294/gestao-de-custos-aplicada-ao-agronegocio--culturas-temporarias>> Acesso: 22 ago. 2017.

HOJI, M. **Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial**. 11. ed São Paulo: Atlas, 2014.

IBGE. **Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=432183>> Acesso em: 14 out. 2017.

IUDÍCIBUS, S. de. **Contabilidade introdutória**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, J. C. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 7. ed. atual São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, J. C. **Contabilidade Rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, Imposto de Renda, Pessoa Jurídica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, E. **Contabilidade de custos: inclui o ABC**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, E.; MIRANDA, G. J.; DINIZ, J. A. **Análise didática das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2014.

MARTINS, E. et al. FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MATARAZZO, D. C.. **Análise financeira de balanços**: abordagem gerencial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NEPOMUCENO, F.. **Contabilidade rural e seus custos de produção**. São Paulo: Thomson, 2004.

OLIVEIRA, N. C. de. **Contabilidade do agronegócio**: teoria e prática. 2. ed. rev. e atual Curitiba: Juruá, 2010.

PADOVEZE, C. L.; BENEDICTO, G. C. de. **Análise das demonstrações financeiras**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

RFB. **Perguntas e Respostas**. Disponível em: <
<https://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaFisica/IRPF/2013/perguntao/assuntos/atividade-rural-conceitos-gerais.htm> > Acesso em: 07 set. 2017.

RICHARDSON, R. J.. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. rev. e ampl São Paulo: Atlas, 1999. 334p.

SÁ, A. L. de. **Fundamentos da contabilidade geral**. 3. ed Curitiba: Juruá, 2008.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Manual de Orientação das Contribuições Previdenciárias na Área Rural e do SENAR**. SRFB / SENAR, 2014. Disponível em:
<http://www.senar.org.br/sites/default/files/documentos/manual_de_orientacao_2016.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2017.

SOUZA, Acilon Batista de. **Curso de administração financeira e orçamento**: princípios e aplicações. São Paulo: Atlas, 2014.

SOUZA, S. dos S.. **Sistemas de Informações Gerenciais no Agronegócio**: Estudo de Caso de Aplicação de Software em Administração Rural pelos Produtores de Grãos do Município de Rio Verde - GO. 2012. 182 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Fundação Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2012.

ULRICH, E. R.. Contabilidade Rural e perspectivas da gestão do agronegócio. **Revista de Administração e Ciências Contábeis do IDEAU**, v. 4, n. 9, p. 1-13, dez. 2009. Disponível em: <
http://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/108_1.pdf >. Acesso em: 14 out. 2017.

VILHENA, N. L. J.; ANTUNES, M. A.. **A importância da contabilidade rural para o produtor rural**. 2010. Disponível em: <
http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2010/anais/trabalhos_sociaisaplicadas.html> Acesso em: 26 de abr. 2017.

APÊNDICE

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
Curso de Ciências Contábeis

Roteiro de Pesquisa

O presente roteiro integra a pesquisa desenvolvida pelo acadêmico **Matheus Quadros Vieira** e sua professora orientadora **Esp. Patriele de Faveri Fontana**, que tem por objetivo apresentar o perfil dos agricultores e levantar quais são os controles utilizados pelos mesmos para gerenciar suas propriedades no município de Três Forquilhas - RS.

Na busca de informações que possibilitem a elaboração do estudo monográfico e a conclusão do curso de graduação em Ciências Contábeis pela UNESC solicita-se a sua importante colaboração, por meio da participação nesta pesquisa. Ressalta-se que os dados obtidos nesse trabalho são sigilosos e serão utilizados única e exclusivamente para fins acadêmicos.

PERFIL DO ENTREVISTADO

1 - Gênero:

Masculino Feminino

2 - Faixa Etária:

<input type="checkbox"/> De 16 a 20 anos	<input type="checkbox"/> De 21 a 25 anos	<input type="checkbox"/> De 26 a 30 anos
<input type="checkbox"/> De 31 a 35 anos	<input type="checkbox"/> De 36 a 40 anos	<input type="checkbox"/> De 41 a 45 anos
<input type="checkbox"/> De 46 a 50 anos	<input type="checkbox"/> De 51 a 55 anos	<input type="checkbox"/> De 56 a 60 anos
<input type="checkbox"/> De 61 a 65 anos	<input type="checkbox"/> De 66 a 70 anos	<input type="checkbox"/> De 71 a 75 anos
<input type="checkbox"/> De 76 a 80 anos	<input type="checkbox"/> Acima de 80 anos	

3 - Escolaridade:

<input type="checkbox"/> Ensino fundamental completo	<input type="checkbox"/> Ensino fundamental incompleto
<input type="checkbox"/> Ensino médio completo	<input type="checkbox"/> Ensino médio incompleto
<input type="checkbox"/> Ensino superior completo	<input type="checkbox"/> Ensino superior incompleto
<input type="checkbox"/> Pós Graduação completo	<input type="checkbox"/> Pós Graduação incompleto

PERFIL DA PROPRIEDADE RURAL

4 - Quantos hectares possui a propriedade:

<input type="checkbox"/> Até 1 hectare	<input type="checkbox"/> De 2 a 5 hectares	<input type="checkbox"/> De 6 a 10 hectares
<input type="checkbox"/> De 11 a 15 hectares	<input type="checkbox"/> De 16 a 20 hectares	<input type="checkbox"/> De 21 a 25 hectares
<input type="checkbox"/> De 26 a 30 hectares	<input type="checkbox"/> Acima de 30 hectares	

5 - Como adquiriu a propriedade:

Compra de terceiros (não familiar)
 Compra de terceiros (familiar)
 Herança familiar

USO DE PRÁTICAS GERENCIAIS NAS PROPRIEDADES RURAIS

6 - A propriedade rural possui um contador:

Sim Não

7 - Caso a propriedade rural possua um contador este é um profissional:

Externo Interno

8 - Como você visualiza a importância da Contabilidade para a propriedade rural:

Muito importante Importante
 Pouco importante Sem importância

9 - Você considera a Contabilidade Gerencial importante para a gestão da propriedade rural:

Muito importante Importante
 Pouco importante Sem importância

10 - Das práticas da Contabilidade Gerencial citadas abaixo, marque as práticas que você tem conhecimento:

Gestão de custos
 Análise dos Indicadores Econômico-Financeiros
 Análise das Demonstrações Contábeis

11 - Você utiliza práticas da Contabilidade Gerencial para a gestão de sua propriedade:

Sim Não

Se sua resposta foi **Não** (responda somente a questão 12 para finalizar o questionário).
 Se sua resposta foi **Sim** (responda as questões 13, 14 e 15 para finalizar o questionário).

12 - Qual o motivo para não utilizar a Contabilidade Gerencial para subsidiar a gestão da sua propriedade:

Não tenho conhecimento, dos benefícios da Contabilidade Gerencial.
 Posso conhecimento, porém não possuo informações suficientes para aplicá-la em minha propriedade.
 Não tenho interesse em utilizar a Contabilidade Gerencial.

13 - Na área de Gestão de Custos, marque as opções que você utiliza em sua propriedade:

Realizo o controle de custos utilizando o Excel.
 Realizo o controle de custos utilizando um software específico para empresas deste setor.
 Não realizo controle de custos.
 Outros.

14 - Com relação aos indicadores econômico-financeiros, marque as opções que você utiliza em sua propriedade:

- Índices de Liquidez
- Índices de Endividamento
- Índices de Rentabilidade
- Não utilizo indicadores econômico-financeiros

15 - Em Análise das Demonstrações Contábeis, marque as opções caso utilize práticas de análises de demonstrativos para subsidiar a gestão de sua propriedade:

- Análise do Balanço Patrimonial
- Análise do Demonstrativo de Resultado
- Análise do Fluxo de Caixa
- Análise do Demonstrativo de Mutações do Patrimônio Líquido
- Análise das Notas Explicativas
- Não realizo a análise das demonstrações contábeis

Agradecemos a sua colaboração!